



Gastão Reis

INFLAÇÃO ONTEM E POLÍTICA HOJE

Convidado a participar de um encontro sobre fé e política, em 10/09/2010, na Universidade Católica de Petrópolis – UCP pelo bispo diocesano Dom Filippo Santoro, senti-me na obrigação de estar presente pela relevância do tema e pelo papel de destaque que ele teve na articulação e aprovação da lei de iniciativa popular denominada Ficha Limpa.

Vários pretendentes a cargos eletivos nessas eleições de 2010 foram convidados e estiveram presentes. O tempo restrito de apenas três minutos foi devidamente obedecido com cada um apresentando o que havia feito no passado e a plataforma do que pretende fazer se for eleito. Após a palestra inicial de Dom Filippo Santoro, em que expôs os critérios propostos pela igreja para votar conscientemente, ou seja, candidatos comprometidos com a defesa da vida, da família, da educação, da liberdade religiosa, com o princípio da subsidiariedade (decidir em nível local sempre que possível) e o comprometimento com a cultura da paz, foi estabelecido um tempo para perguntas a serem dirigidas, num primeiro momento, a Dom Filippo. Pedi a palavra e indaguei do palestrante sua visão sobre a questão da incoerência entre os incentivos dados e os resultados pretendidos que observamos em nosso país em vários casos concretos. Ilustrei primeiramente com a famosa adoção da aprovação automática em nossas escolas cujos efeitos trágicos foram devidamente captados em testes internacionais comparativos do desempenho educacional entre países, onde o Brasil está sempre na rabeira. Fiz ainda a ressalva quanto à progressão acompanhada, adotada na Inglaterra, que dá ao aluno a oportunidade de se reciclar reiteradas vezes até que possa seguir adiante, coisa muito diferente de nossa aprovação automática.

Em seguida, abordei o caso específico na área política chamando a atenção para o fato de que o instituto, adotado em lei, da fidelidade partidária deveria ter sido acompanhado pela cláusula de barreira, o que não ocorreu. E que o excessivo número de partidos (28 atualmente) com possibilidade de representação nas casas legislativas gerava uma situação em que os políticos tendiam a se servir dos partidos ao invés de a eles servirem com base em seus programas. Qualquer melindre pessoal abre a porta para mudarem de partido. Esse jogo de interesses pessoais ou de grupos, desvinculado do bem comum, levava os eleitores a uma avaliação muito negativa da vida política e dos políticos em geral com percentuais na casa dos 80% de desaprovação como inúmeras pesquisas demonstram. Para minha satisfação, Dom Filippo afirmou que concordava com essa questão crítica de incentivos com sinal trocado.

Após o encontro, continuei a pensar no assunto e me veio à mente o caso de nossa convivência com a inflação elevada, durante quase três décadas, com efeitos perniciosos, em especial, sobre a população mais pobre. E me dei conta de sua semelhança com o que acontece hoje em relação à descrença reinante face à política e aos políticos. Eu me explico. Se eu lhe dissesse, caro leitor, em 1993, que o Brasil em 2005, dali a pouco mais de uma década, teria uma inflação anual de 5% – essa taxa era pouco mais que a diária! – você me diria que eu estava viajando na maionese, como diz a garotada hoje. A percepção popular na época é que não tinha mais jeito. E teve.

O Plano Real, feito de modo competente e com transparência total junto à população, demonstrou que era possível dar um basta à inflação. Do mesmo modo, a lei da Ficha Limpa foi um primeiro passo importante para moralizar a vida pública brasileira. Condição necessária, mas não suficiente. A diferença entre o Plano Real e a Ficha Limpa é que, no caso da inflação, houve apoio da população, pelo respeito com que foi tratada, e seriedade do outro lado, ou seja, de quem formulou e implantou o plano. No que diz respeito à Ficha Limpa não houve essa sintonia fina. Foi basicamente a mobilização popular, com 1,7 milhões de assinaturas no projeto de lei e mais 2 milhões via internet, que fez com que o projeto não fosse desfigurado no congresso. Do outro lado, por parte dos políticos, não houve apoio decidido a esse clamor popular. Pior foi constatar que um projeto semelhante dificilmente partiria das lideranças partidárias no congresso. Em outras palavras, existe um divórcio entre a população e a chamada classe política, que parece preferir continuar numa duvidosa zona de conforto. Emblemática foi a reação do líder do governo no senado quando indagado se a Ficha Limpa já valeria para as eleições de 2010, ao que respondeu, saindo pela tangente, que se não se tratava de um projeto do governo, mas da sociedade...

A conclusão a que se chega é que a reforma política em profundidade acabará vindo de fora para dentro, como já começou com a Ficha Limpa, trazendo a classe política a reboque. Além da fidelidade partidária já implantada, as seguintes medidas são fundamentais: (1) voto distrital (puro ou misto), para permitir ao eleitor acompanhar o desempenho de seu representante e votar bem informado na próxima eleição; (2) cláusula de barreira, para reduzir o número excessivo de partidos com representação, o que não diminui o número absoluto de partidos, mas certamente induz o político a construir uma carreira política servindo a um partido e não pulando de galho em galho partidário segundo conveniências pessoais; (3) aprofundar o debate sobre a possibilidade de voto em lista fechada, para fortalecer os programas partidários; (4) a aplicação rigorosa da Ficha Limpa pelo Judiciário e (5) a incorporação do que bem poderia ser chamado Princípio de Karl Popper, que não cai na armadilha de que determinada classe social estaria mais apta a exercer o poder, mas sim, que haja instrumentos legais para que maus governos durem pouco, proposta que se encaixa bem melhor na moldura de um regime parlamentar com as devidas salvaguardas. Ou seja, que permita que a confiança do povo em seus representantes volte a ser a pedra fundamental da vida pública brasileira. Certamente os índices de aprovação da política e dos políticos poderão melhorar muito.

Finalmente, mas nem por isso menos importante, é o posicionamento dos políticos para ontem na direção em que a sociedade já começou a se mover. A História não perdoa omissões nessas horas.

Minha identificação: Gastão Reis Rodrigues Pereira

Empresário e economista

E-mail: gastaoreis@smart30.com.br // Cel. 24 8823-0165

24 9272-8586